

Política

CONSTITUINTE

VEM AÍ A FRENTE PRESIDENCIALISTA

A primeira emenda é de Marco Maciel: presidencialismo com "equipotência de poderes". Ou eleições gerais.

A criação de uma frente presidencialista, para atuar na Assembleia Nacional Constituinte, na defesa do atual sistema de governo, foi proposta ontem pelo senador Marco Maciel, presidente do PFL. Ele apresentou a primeira emenda substitutiva, acabando com o parlamentarismo e estabelecendo o presidencialismo com a "equipotência de poderes".

Em uma entrevista coletiva à imprensa, o senador anunciou sua disposição de recolher as 280 assinaturas de apoio à sua emenda para lhe assegurar preferência automática na votação no plenário da Constituinte.

— Quero recolher o maior número de assinaturas possível. Pretendo conversar, também, com outros partidos para a eventualidade da formação de uma frente presidencialista. Defendemos um sistema não como o clássico, o imperial, mas o moderno, caracterizado pelo que chamo de "equipotência de poderes". Na emenda que pretendo apresentar, o que queremos implantar é esse moderno presidencialismo, que por sinal tem profunda tradição na história brasileira.

Maciel disse discordar do ministro da Justiça, Paulo Brossard, quanto à visão histórica do sistema: "No Império não tivemos parlamentarismo como se costuma dizer e, sim, práticas parlamentares. A República sempre foi presidencialista. Não está, assim, na hora de inovação, porquanto a curta experiência parlamentarista de 1961 a 1962 mostrou que esse sistema não se compatibiliza com o desejo de estabilidade política do País".

Se não, eleições

No caso de vigorar o regime parlamen-

tar de governo, propôs o presidente do PFL: — Não fomos eleitos para governar o País, para cumprir funções executivas, assim, se vamos implantar o regime parlamentar de governo, devemos convocar eleições gerais.

Maciel também discorda da implantação de regimes mistos: "Sou contra os regimes híbridos porque o híbrido é estéril. O transplante de órgãos de um modelo para outro termina em rejeição".

Pela proposta apresentada por Maciel, ganha nova forma todo o título IV do Projeto da Comissão de Sistematização, "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo". O presidente da República será o chefe do Estado e o chefe do Governo, desaparecendo a figura do primeiro-ministro. A nomeação dos ministros, de livre escolha do presidente da República, será submetida ao Senado. A Câmara dos Deputados poderá remover ministros através da manifestação de sua maioria. Também poderão ser afastados pela maioria dos deputados, todos os ocupantes de cargos em comissão da adm-



Maciel: hibridismo estéril.

nistração direta e indireta, quando sobre eles recair suspeita de conduta incompatível, apurada em Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ainda segundo a emenda de Marco Maciel, o presidente da República não poderá mais vetar projetos de lei sob o argumento de serem inconstitucionais, devendo remeter a questão ao Supremo Tribunal Federal. O Legislativo passará a sustar atos do Executivo que excedam seu poder de regulamentação de leis.

Na justificativa da emenda, o senador afirma que "o modelo parlamentarista adotado no projeto tem como pressuposto fundamental a necessidade de se dividir as prerrogativas do Executivo entre dois titulares distintos: o chefe do Estado e o chefe do Governo. Trata-se, na verdade, de um modelo "dualista", já vigente em outros países, mas ainda distante dos padrões do parlamentarismo clássico, tal como é hoje praticado em países como a Grã-Bretanha, a Alemanha, o Japão, o Canadá, a Austrália e os países nórdicos.

"A proposta fundamental contida nesta emenda — prossegue Maciel — em vez de dividir os poderes do Executivo entre dois titulares diferentes, redistribui as funções clássicas do Executivo entre os três Poderes, equitativa e quase igualmente".

Em 14 itens, o senador pernambucano explica sua emenda, num texto de cinco páginas. Explica que "muitas das inovações ali contidas são apenas o ajustamento do modelo presidencialista a seu padrão clássico, eliminando-se as aberrações que o deturparam durante quase cem anos de vigência no Brasil. A prévia aprovação do Senado para nomeação de Ministros de Estado, por exemplo, que seria a rigor uma praxe do sistema parlamentar, está prevista na Constituição presidencialista dos Estados Unidos e faz parte da prática política daquele país".

O presidente do Senado Federal, Humberto Lucena (PMDB-PB) também vai apresentar uma proposta presidencialista à Constituinte. Em sua proposta, o presidente da República pode chegar a dissolver a Câmara dos Deputados e os deputados federais podem, de sua parte, pedir a demissão de um ministro de Estado ou de todo o Ministério, através de moção de censura.

E quem se comprometeu a trabalhar em conjunto, a favor de emenda presidencialista foram os deputados Roberto Cardoso Alves, do PMDB e um dos coordenadores do Centrão e o vice-líder do PT, deputado José Genoíno. "Façam a emenda, assinem e deixem o resto por minha conta", disse Cardoso Alves. "Acordo fechado", respondeu Genoíno.

O mandato de Sarney: uma pesquisa de irritar deputado.

Pesquisa publicada na edição de ontem de um jornal de Brasília dando conta de que a tese dos cinco anos para Sarney teria a preferência de 327 constituintes, contra 232 a favor dos quatro anos, foi considerada "irresponsável" pela deputada Dirce Quadros (PTB/SP).

A pesquisa é atribuída ao Centrão. Além de Dirce Quadros, outros deputados protestaram, e lembram que entre o momento em que ela teria sido feita, no início da articulação para estruturar o Centrão, e agora, muita coisa aconteceu e um número muito grande de votos

foi alterado em decorrência da pressão das bases eleitorais em favor de eleições presidenciais em 1988. O deputado Victor Faccioni chegou a enviar à Mesa representação contra o deputado do Centrão, Basílio Vilani, responsável pela divulgação da pesquisa.

Começou a temporada de emendas

Só ontem, primeiro dia, os constituintes apresentaram 271 emendas — sobre tudo que é tema. A temporada de entrega vai até dia 13.

Do mandato do presidente ao casamento para sempre

No primeiro dia permitido para apresentação de alterações ao projeto de Constituição o movimento foi acima do esperado e 271 emendas foram apresentadas pelos constituintes. Uma das propostas é a do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que estabelece a implantação no País do presidencialismo mitigado, preservando a importância do Congresso Nacional e garantindo a chefia do governo ao presidente da República.

A primeira emenda apresentada foi do senador Albano Franco (PMDB-SE), suprimindo o inciso "V" do artigo 207, que determinava que a distribuição de petróleo seria competência exclusiva de empresas nacionais. Já a última emenda do dia, de número 271, assegura aos policiais civis aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade ou voluntariamente aos 30 anos de serviço e por invalidez. Ela foi apresentada pelo deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ).

Um assunto que mereceu atenção especial dos constituintes foi o sistema de governo aliado ao mandato presidencial. Quatro parlamentares apresentaram emendas sobre este assunto. José Santana de Vasconcelos, (PFL-MG), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Michel Temmer, (PMDB-SP), Mário Assad (PFL-MG) defendem eleições para todos os níveis em 15 de novembro deste ano, posse em 1º de janeiro de 1989 e plebiscito para que a população decida se deseja parlamentarismo ou presidencialismo.

Há, entretanto, quem defenda o atual mandato de seis anos do presidente Sarney, como o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) enquanto Jovanni Masini (PMDB-PR) quer que todas as pessoas com mandato de presidente da República a vereador, tenham direito à reeleição. Já o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que assina uma emenda junto com Delfim Neto (PDS-SP) e Levy Dias (PFL-MG), quer que no dia da posse dos eleitos, através de eleições gerais em 1988, fiquem extintos os atuais partidos políticos. Salim Curiani (PDS-SP) propõe a redução do número de deputados de 487 para 225.

A contestação à tortura também mereceu atenção especial dos constituintes. Três deles, Sadi Hauache (PFL-AM), Roberto Balestra e Carlos Mosconi, assinaram emenda dizendo que ninguém será submetido a tortura e este será um crime inafiançável, sem direito a anistia. O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) continua querendo a pena de morte mas a sua emenda agora propõe que 120 dias após a promulgação da Constituição seja feito um plebiscito para que a população diga sim ou não à pena de morte.

Emendas propondo a extinção do Território de Fernando de Noronha e a sua reincorporação ao Estado de Pernambuco, do deputado Nilson Gibson e, a criação do Estado de Tocantins, surgido da separação de Goiás, do deputado Siqueira Campos (PDC-GO) também foram apresentadas. O deputado Sarney Filho sugere a garantia a homens e mulheres ao planejamento familiar, enquanto o parlamentar Chagas Duarte (PFL-RR) estabelece que o casamento seja indissolúvel.

O esforço do PMDB para suplantando o Centrão

A liderança do PMDB na Constituinte já tem pronto, para submeter à bancada, na reunião da próxima quarta-feira, um conjunto de emendas ao anteprojeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização, de destaques e de pedidos de destaque para votação em separado de algumas matérias. O líder Mário Covas pretende discutir as com os peemedebistas para saber se existe identidade entre o conteúdo das propostas formuladas pela liderança e as emendas que eles pretendem apresentar, de modo a racionalizar a tarefa.

Cada constituinte pode apresentar quatro emendas e seis pedidos de destaque para rejeição ou aprovação de determinadas matérias, sem necessidade de outra subscrição, além da sua própria. Como a liderança não tem condições de reunir 280 assinaturas para obtenção da preferência automática para suas emendas, a idéia do senador Mário Covas é fazer com que aqueles peemedebistas sintonizados com as posições do seu grupo patrocinem as propostas preparadas por sua assessoria. Com isso, ele pretende impedir a repetição de emendas e concentrar forças em determinadas iniciativas para viabilizá-las.

Desde novembro passado, a assessoria técnica da liderança do PMDB na Constituinte vem trabalhando na elaboração de emendas destinadas a aperfeiçoar o anteprojeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização. Recentemente, os vice-líderes Antônio Britto, Euclides Scalco e Nelson Jobim passaram a avaliar politicamente o teor dessas propostas para selecioná-las, já que a intenção do líder Mário Covas é lutar por não mais de 50 emendas, cujo conteúdo não antecipa para não facilitar a atuação dos seus adversários.

Portanto, nessa primeira fase, a liderança encaminhará, através de parlamentares, apenas as emendas, num total de quatro por constituinte. Em seguida, depois de divulgado o parecer de Bernardo Cabral, a liderança providenciará a apresentação de seis destaques por constituinte, num total não muito superior a 50.



Medeiros e Cardoso Alves: pequenas diferenças.

Centrão e sindicatos: entendimento.

A cúpula do Centrão não conseguiu fechar um entendimento com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, sobre os três principais temas que preocupam os trabalhadores (estabilidade no emprego, aposentadoria e estrutura sindical). O que deverá motivar outras reuniões entre os dois segmentos antes do término do prazo de apresentação de emendas, que se esgota na próxima quarta-feira.

Segundo Luís Antônio Medeiros, que esteve na reunião com os dirigentes do Centrão representando também o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, os trabalhadores, representados pelos sindicatos, resolveram procurar o Centrão "porque o Centrão é indiscutivelmente maioria, e nós costumamos discutir com quem tem poder para decidir".

Luís Antônio Medeiros disse, durante a reunião, que as propostas do Centrão são muito coincidentes com as defendidas pelo movimento sindical que ele e Magri representam, havendo, no entanto, algumas diferenças que necessitam de entendimento para o ajuste em torno de uma só proposta. O principal deles, segundo Medeiros, é a questão da estabilidade do trabalhador no emprego.

O Centrão propôs a estabilidade no emprego após 12 meses de trabalho, protegida contra a demissão imotivada pelo pagamento de uma indenização compensatória, que seria o pagamento de um mês de salário (ou de aviso-prévio, conforme expressão de Me-

deiros) para cada ano trabalhado, além da liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nos casos de demissão por justa causa, caberá à lei ordinária regulamentar.

A preocupação dos sindicalistas, segundo Medeiros, é com a proteção dos aposentados, principalmente com relação aos seus proventos. O Centrão tende a concordar em que os proventos serão calculados com base no salário integral do trabalhador no seu último ano de trabalho, e não mais pela média dos últimos três anos.

Finalmente, com relação à organização sindical, a divergência parece ser um pouco maior a proposta do Centrão é que haja a pluralidade sindical na base, ou seja, uma categoria poderá ter até três sindicatos, mas a cúpula será unitária, através de uma confederação única por categoria.

104 Medeiros disse que os sindicalistas não aceitam essa proposta, porque estralhariam a base, com disputas entre sindicatos, e manteria uma cúpula profissional nas confederações. A proposta sindicalista é para que haja a pluralidade, mas que apenas o sindicato mais representativo da categoria represente realmente a classe trabalhadora.

"Centrinho": primeiras emendas

O "Centrinho", também conhecido como "grupo de entendimento" e que se contrapõe ao Centrão por considerá-lo de direita, apresentou ontem as suas primeiras emendas para os capítulos da ordem social e ordem econômica, apresentando nesse caso uma forma mais flexível para a proteção da empresa nacional em relação à de capital estrangeiro.

Pelas propostas do "Centrinho", haverá garantia de emprego "contra despedida arbitrária, na forma e condições que a lei ordinária estabelecer". O "Centrinho" estabelece também que a licença remunerada gestante sem prejuízo do emprego e do salário, terá a duração mínima de 120 dias. Quanto à nacionalização na distribuição de derivados de petróleo, é um tema em que o "Centrinho" sugere a supressão "pura e simples do inciso".

Albano Franco, reconstruindo sua imagem.

Quase dois meses depois de ter votado de forma errada, contribuindo para aprovar a nacionalização da distribuição dos combustíveis, o senador Albano Franco (PMDB-SE) apresentou uma emenda (a primeira oficialmente recebida pelo plenário da Constituinte) com a qual pretende se redimir da sua posição. Bastante criticada na época: ele apresentou uma emenda suprimindo o inciso V do artigo 207 de caráter nacionalizante.

Na justificativa à emenda, que reabre a possibilidade de que a distribuição dos combustíveis possa ser feita também por empresas estrangeiras, binacionais e exclusivamente nacionais, o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, mas do que explicar os objetivos da emenda, faz uma declaração de voto.

"Minha atuação na política nacional, os cargos que tenho honra de assumir na direção do empresariado nacional, e minha vida como empresário, por si só explicam o posicionamento contrário a este dispositivo (do projeto de constituição) e a qualquer outro que permita a ingerência do Estado em atividades econômicas exploradas lucrativamente e de maneira socialmente úteis, pela iniciativa privada", justifica-se Albano Franco, para completar.

"Além disso o próprio relator Bernardo Cabral, por ocasião da votação da emenda que inclui esse inciso, proferiu voto contrário, no que foi acompanhado por todos os seus relatores-auxiliares. Desnecessário, portanto, alongar-me nesta justificativa", explica o senador Albano Franco.

Toda a explicação do senador se deve ao fato de, na sessão em que foi votada uma emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que tornava exclusivamente de iniciativa de empresas nacionais, controladas pelo governo, a distribuição dos combustíveis (tirando das multinacionais esse poder de décadas), o senador Albano Franco entrou no meio da votação no plenário da Comissão de Sistematização e votou erradamente.

Na verdade, Albano Franco foi envolvido pela esquerda: entrando no plenário no meio da votação, ele dirigiu-se a companheiros do PMDB perguntando como deveria votar: alguém lhe gritou, do meio do plenário, que votasse "sim" e ele o fez, quando, devido à sua posição de empresário, o coerente seria votar "não" à nacionalização da distribuição de combustíveis.

Sob os aplausos que recebeu, de imediato, da ala esquerdista da Sistematização, Albano Franco foi imediatamente contestado, em termos duros, pelo ex-ministro da Fazenda, o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), que gritou, para que todos ouvissem: "Albano, você enlouqueceu!" Diante das explicações de Dornelles, Albano Franco colocou as mãos na cabeça (e foi fotografado), arrependendo-se tardamente do voto, que tentou retificar, mas não foi possível.

A proposta do empresariado contra a estabilidade

Seis presidentes de confederações patronais não concordaram com a fórmula proposta pelo Centrão para substituir a estabilidade do trabalhador no emprego. Ontem, em Brasília, eles fizeram um alerta, depois de uma longa reunião da União Brasileira dos Empresários: haverá um passivo trabalhista potencial de US\$ 150 bilhões se a Constituição não estabelecer que a indenização a ser paga aos demitidos valerá apenas a partir do ano

de sua promulgação. O cálculo que eles fazem: caso sejam demitidos todos os 40 milhões de empregados — com média de permanência de dez anos em uma empresa — os salários devidos por esses anos levará a um prejuízo equivalente a 60% do PIB previsto para 1988. Se o tempo a ser contado para a indenização tiver seu "ano zero" junto com a nova Constituição, isso dará maior tranquilidade ao empresariado, disse Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio.